

**Você, sem fronteiras.**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Srs. Acionistas, em atendimento às disposições legais e estatutárias, a administração da TIM Celular S.A. apresenta, a seguir, as demonstrações financeiras da Companhia, com o parecer dos auditores independentes, referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010. A Companhia encerrou o exercício de 2011 com lucro de **R\$1.364.475** e patrimônio líquido de **R\$12.145.771**. Os membros da administração agradecem pelo apoio e pela confiança que lhes foi depositada e colocam-se à inteira disposição para prestar quaisquer esclarecimentos a respeito dos documentos acima mencionados. São Paulo, 23 de março de 2012.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO			
(Em milhares de reais)			
	2011	2010	
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	3.197.401	2.354.096	Fornecedores (Nota 20)
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (Nota 7)	644	18.169	Empréstimos e financiamentos (Nota 21)
Contas a receber (Nota 8)	3.031.578	2.463.396	Operações com derivativos (Nota 42)
Estoques (Nota 9)	273.171	228.654	Obrigações trabalhistas (Nota 22)
Impostos e contribuições indiretos a recuperar (Nota 10)	573.706	480.383	Impostos, taxas e contribuições indiretos (Nota 23)
Impostos e contribuições diretos a recuperar (Nota 11)	577.819	357.101	Impostos, taxas e contribuições diretos (Nota 24)
Despesas antecipadas (Nota 13)	105.049	93.452	Dividendos a pagar (Nota 28)
Operações com derivativos (Nota 42)	55.889	61.722	Outros passivos (Nota 25)
Outros ativos (Nota 16)	70.646	80.986	
	<b>7.885.903</b>	<b>6.061.449</b>	
<b>Não Circulante</b>			<b>Não Circulante</b>
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (Nota 7)	25.142	13.238	Empréstimos e financiamentos (Nota 21)
Contas a receber (Nota 8)	59.712	36.812	Operações com derivativos (Nota 42)
Impostos e contribuições indiretos a recuperar (Nota 10)	355.970	175.071	Impostos, taxas e contribuições indiretos (Nota 23)
Impostos e contribuições diretos a recuperar (Nota 11)	19.902	130.394	Impostos, taxas e contribuições diretos (Nota 24)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 12)	1.484.750	1.732.732	Provisão para contingências (Nota 16)
Depósitos judiciais (Nota 14)	546.675	357.927	Plano de pensão e outros benefícios pós-emprego (Nota 43)
Despesas antecipadas (Nota 13)	29.023	14.620	Provisão para futura desmobilização de ativos (Nota 27)
Operações com derivativos (Nota 41)	65.215	16.746	Outros passivos (Nota 25)
Partes relacionadas - mútuo (Nota 15)	496.143	278.051	
Outros ativos (Nota 16)	8.026	8.024	
Investimentos (Nota 17)	1.528.235	-	
Imobilização (Nota 18)	5.417.282	5.002.626	
Intangível (Nota 19)	3.958.118	4.034.568	
	<b>13.994.293</b>	<b>11.781.598</b>	
	<b>21.880.196</b>	<b>17.863.048</b>	
			<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>
			21.880.196

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO		
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO		
(Em milhares de reais)		
	2011	2010
Receita operacional líquida (Nota 30)	16.282.388	13.742.609
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas (Nota 31)	(7.959.226)	(6.814.114)
Lucro operacional	8.323.162	6.928.495
Despesas operacionais:		
Comercialização (Nota 32)	(4.661.750)	(4.352.204)
Gerais e administrativas (Nota 33)	(869.440)	(905.243)
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 17)	(3.924)	-
Outras despesas líquidas (Nota 34)	(645.518)	(449.853)
	(6.180.632)	(5.707.300)
Lucro operacional	2.142.530	1.221.195
Receitas (despesas) financeiras:		
Receitas financeiras (Nota 35)	303.390	242.712
Despesas financeiras (Nota 36)	(430.412)	(368.580)
Variáveis cambiais, líquidas (Nota 37)	(101.735)	(96.293)
	(228.757)	(222.161)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.913.773	999.034
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 38)	(549.298)	1.244.593
Lucro líquido do exercício	1.364.475	2.243.627

Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)

	2011	2010
Lucro básico por ação (Nota 38)	0,0418	0,0712
Lucro diluído por ação (Nota 38)	0,0418	0,0712

A Companhia não possui transações a serem classificadas como outros resultados abrangentes. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA		
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO		
(Em milhares de reais)		
	2011	2010
Atividades operacionais	1.913.773	999.034
Atividades de investimento	(2.453.178)	(2.902.138)
Atividades de financiamento	3.924	1.164
Resultado líquido	(3.511)	(27.212)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010						
(Em milhares de reais)						
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reservas de Lucros para expansão	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>	7.731.647	15.881	25.448	61.099	-	7.834.075
Distribuição dividendos complementares - 2009	-	-	-	-	(132.602)	(132.602)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.243.627	2.243.627
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal (Nota 28)	-	-	107.207	-	(107.207)	-
Dividendos (Nota 28)	-	-	-	-	(509.235)	(509.235)
Constituição de reserva para expansão (Nota 28)	-	-	-	1.494.583	(1494.583)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	7.731.647	15.881	132.655	1.555.682	-	9.435.865
Distribuição dividendos complementares - 2010 (Nota 28)	-	-	-	-	(20.765)	(20.765)
Aumento de capital social com transferência de reserva (Nota 28)	15.569	(15.569)	-	-	-	-
Baixa de reserva especial de ágio	-	(312)	-	-	-	(312)
Aumento de capital (Nota 28)	1.687.000	-	-	-	-	1.687.000
Opções de compra de ações (Nota 29)	3.958.118	-	-	-	-	3.958.118
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.364.475	1.364.475
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal (Nota 28)	-	-	68.224	-	(68.224)	-
Dividendos (Nota 28)	-	-	-	-	(324.063)	(324.063)
Constituição de reserva para expansão (Nota 28)	-	-	-	951.423	(951.423)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	9.434.216	3.571	200.879	2.507.105	-	12.145.771

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010						
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)						

**1. Contexto operacional**  
A TIM Celular S.A. ("TIM Celular" ou "Companhia"), é uma Companhia por ações de capital fechado, controlada integralmente pela TIM Participações S.A. ("TIM Participações") - uma empresa do Grupo Telecom Italia. A Companhia tem como principal objeto exercer a exploração de serviços de telecomunicações, incluindo serviços de telefonia móvel celular, telefonia fixa e dados, em todos os estados brasileiros. A TIM Celular atua como prestadora do Serviço Móvel Pessoal ("SMP") e do Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC"), ambos nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, e como prestadora de Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM"). Os serviços prestados pela Companhia são regulados pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, agência reguladora das telecomunicações no país.  
**Aquisição de novos investimentos**  
A Companhia firmou, com a Companhia Brasileira de Energia e com a AES Elpa S.A. (empresas do Grupo AES Brasil), um contrato tendo por objeto a compra de suas participações societárias na Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (100%) e a AES Communications Rio de Janeiro S.A. (98,3%). Tal contrato foi assinado em 08 de julho de 2011. Em 31 de outubro de 2011, após o atendimento às condições contratuais precedentes e a outras condições externas ao acordo (tais como aprovação das aquisições por órgãos reguladores) a operação de aquisição das participações da Companhia Brasileira de Energia e da AES Elpa S.A. foi concluída. Os valores desembolsados foram, respectivamente, R\$1.074.179 e R\$447.471. Além disso, em 2011, a Eletropaulo Telecomunicações Ltda. teve sua denominação social alterada para TIM Fiber SP Ltda e a AES Communications Rio de Janeiro S.A. mudou sua razão social para TIM Fiber RJ S.A. Adicionalmente, referido contrato de compra obrigava a TIM Celular, após a conclusão da compra da participação da AES Elpa S.A. na AES Communications Rio de Janeiro S.A., a estender a mesma oferta de aquisição de ações aos acionistas minoritários da AES Communications S.A. Tal oferta aos minoritários foi realizada ainda em 2011 e continuou vigente até o dia 27 de fevereiro de 2012. Os resultados estão divulgados na nota 49 de eventos subsequentes.  
Esta aquisição teve como principal objetivo para a TIM a ampliação de sua atuação no negócio de comunicação de dados de alta velocidade, propiciando à Companhia a oferta de novos produtos aos seus clientes, assim como propiciar uma redução em seu custo de aluguel de infra-estrutura, além de obter importantes sinergias relacionadas a rede de fibra ótica.

Termos de Autorização	Data de expiração		
	800MHz e 900 MHz e 1.800 MHz	Frequências adicionais 1800 MHz	1900 e 2100 MHz(3G)
1 Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	Março, 2016	Abril, 2023	Abril, 2023
2 Rio de Janeiro e Espírito Santo	Março, 2016	Abril, 2023	Abril, 2023
3 Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	Março, 2016	-	Abril, 2023
4 São Paulo	Março, 2016	-	Abril, 2023
5 Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Setembro, 2022	Abril, 2023	Abril, 2023
6 Santa Catarina	Setembro, 2022	Abril, 2023	Abril, 2023
7 Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	Abril, 2024	-	Abril, 2023
8 Pernambuco	Mai, 2024	-	Abril, 2023
9 Ceará	Novembro, 2023	-	Abril, 2023
10 Paraíba	Dezembro, 2023	-	Abril, 2023
11 Rio Grande do Norte	Dezembro, 2023	-	Abril, 2023
12 Alagoas	Dezembro, 2023	-	Abril, 2023
13 Piauí	Março, 2024	-	Abril, 2023
14 Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras)	Abril, 2013	Abril, 2023	Abril, 2023
15 Bahia e Sergipe	Agosto, 2012	-	Abril, 2023

Em 30 de maio de 2011, foram assinados dois novos termos, formalizando a aquisição de frequências adicionais de radiofrequência nos estados de Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão, conforme demonstrado acima.

Em relação aos termos de autorização para o STFC e SCM, os mesmos possuem prazo indeterminado.

**3. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**  
As principais políticas contábeis aplicadas nas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

**a. Critérios gerais de elaboração e divulgação**  
As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Tais pronunciamentos estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, exceto pela aplicação do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais.  
(a) a TIM Participações S.A., controladora da Companhia, já tem disponibilizado ao público suas demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos do CPC e IFRS.  
Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. A única exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, que devem sempre ser classificados como não circulante, de acordo com o estabelecido no CPC 26.  
A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5.

**b. Aprovação das demonstrações financeiras**  
As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas para publicação em 23 de março de 2012.

**4. Resumo das principais práticas contábeis**  
As práticas contábeis a seguir são adotadas na preparação das demonstrações financeiras individuais da Companhia.

**a. Moeda funcional e moeda de apresentação**  
A moeda de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia é o Real (R\$) que também é a moeda funcional de suas controladas.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Exceto para ativos e passivos registrados pelo valor justo, itens monetários em moeda estrangeira são convertidos a reais pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.  
**b. Informações por segmentos**  
Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode-se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento individual e para a avaliação do seu desempenho; e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.  
O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva. Ela, juntamente com o Conselho de Administração são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e por sua gestão.  
A estratégia da Companhia é focada na maximização dos resultados consolidados do grupo TIM Participações. Essa estratégia contempla a otimização das operações de cada empresa do Grupo, assim como o aproveitamento das sinergias entre todas estas entidades. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que o Grupo representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. A Companhia, igualmente a sua controladora, possui apenas um único segmento. O objetivo é sempre maximizar o resultado consolidado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

**c. Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa incluem a caixa, os depósitos bancários a vista e investimentos de curto prazo, de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses após a data de aplicação, e com risco insignificante de mudança de valor.

**d. Ativos e passivos financeiros**  
**d.1. Ativos financeiros**  
**d.1.1. Classificação**  
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (1) mensurados ao valor justo através do resultado, (2) mantidos até o vencimento, (3) empréstimos e recebíveis e (4) mantidos para venda. Em todas as datas apresentadas nestas demonstrações financeiras, existem apenas ativos classificados na primeira e terceira categorias. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

**(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado**  
Ativos financeiros são classificados nessa categoria se for adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Por esta razão, geralmente encontram-se classificados no grupo de ativos circulantes. Contudo, caso estes ativos sejam dados em garantia ou haja qualquer outra restrição a seu uso no curto prazo, os mesmos podem ser classificados no grupo de ativos não circulantes. Os derivativos de posse da Companhia também foram classificados nesta categoria, dada sua natureza. A Companhia não utiliza contabilidade de hedge (hedge accounting).

**(b) Empréstimos e recebíveis**  
São ativos financeiros não-derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Nas demonstrações financeiras, encontram-se classificados como "contas a receber" ou "outros ativos".

**d.1.2. Reconhecimento e mensuração**  
As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os custos de transação incorridos em investimentos mensurados ao valor justo através do resultado são debitados à demonstração do resultado, como despesas, na data da transação. Após esta data, as variações de seu valor justo são contabilizadas diretamente no resultado do exercício, no grupo de receitas e despesas financeiras. Tais ativos são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa relacionados ao ativo tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de sua propriedade.

Os valores no grupo de investimentos com contabilidade pública são baseados em seus preços de compra em cada data base de apresentação. Se o mercado de um ativo financeiro não for considerado ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem a análise de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela Administração.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas no resultado do exercício e do estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

**d.1.3. Compensação de instrumentos financeiros**  
Ativos e passivos financeiros são apresentados por seu o valor líquido quando há direito legal e intenção de compensá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**d.1.4. Impairment de ativos financeiros**  
Ao final de cada período de apresentação, a Companhia avalia se há evidência objetiva de deterioração do valor de seus ativos financeiros. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e perdas são reconhecidas somente se houver evidência objetiva de impairment, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e a qual evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de impairment incluem verificar se há situações reais de:

- dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de recursos, garante ao mesmo uma concessão que um credor normalmente não consideraria;

• torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira que gere perdas aos credores; e  
• desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou  
• dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados de uma carteira de ativos financeiros, embora a diminuição não possa ser identificada através da análise individual dos ativos financeiros da carteira. Tais dados incluem:

- (i) mudanças adversas na estrutura do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o novo valor calculado considerando eventuais situações citadas anteriormente. Caso a perda por impairment seja constatada, a mesma é registrada diretamente no resultado do exercício. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como, por exemplo, uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment também é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

**d.2. Passivos financeiros**  
Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, perdas não realizadas em operações com derivativos e empréstimos e financiamentos. São classificados entre as categorias abaixo, de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados:

**Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento e derivativos. A cada data de balanço, tais passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. Nas datas de apresentação destas demonstrações financeiras, nesta categoria encontram-se basicamente os instrumentos financeiros derivativos.

**Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado:** são representados, basicamente, por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. No reconhecimento inicial, tais passivos são registrados por seu valor justo. Após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. Neste método, os custos de transação impactam o valor inicial do passivo, gerando efeito na determinação da taxa efetiva de juros. Esta taxa é aquela que desconta exatamente todos os fluxos de caixa do instrumento financeiro. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras. Nas datas de apresentação destas demonstrações financeiras, nesta categoria encontram-se, principalmente, os empréstimos e financiamentos e as contas a pagar aos fornecedores da Companhia.

**e. Contas a receber**  
As contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços. As contas a receber de clientes são, inicialmente, mensuradas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "impairment").

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada como redução das contas a receber e é constituída com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica e riscos envolvidos em cada caso, em montante considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização de tais créditos.

**f. Estoques**  
Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma provisão é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável, quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

**g. Impostos e contribuições indiretos e diretos a recuperar**  
São registrados ao custo histórico e, se aplicável, corrigidos conforme a legislação vigente.

**h. Despesas antecipadas**  
São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. São apropriadas ao resultado na medida em que incorrem.

**i. Depósitos judiciais**  
São registrados ao custo histórico e corrigidos conforme a legislação vigente.

**j. Investimentos**  
As participações societárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

A Companhia utiliza o método de contabilização de compra (purchase accounting) para registrar a aquisição de suas controladas. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos ofertados dos instrumentos patrimoniais (ex: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente do custo de aquisição, que ultrapassa o valor justo da participação da adquirente nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado, como receita.

Conforme previsto no CPC 15, quando a avaliação dos valores justos dos ativos e passivos identificados de uma combinação de negócios não está completa na data de apresentação das demonstrações financeiras, a Companhia reconhecê em suas demonstrações financeiras os valores provisórios dos ativos e passivos ainda em análise. Neste caso, o término posterior do processo de purchase accounting pode suscitar o ajuste retrospectivo dos saldos contábeis de ativos e passivos, trazendo estes ajustes para a efetiva data de compra da entidade adquirida. Tais procedimentos podem afetar o valor do ágio e de outros ativos. A norma contábil vigente estabelece que todo o processo de contabilização de compra seja encerrado em até um ano após a data de aquisição.

Conforme previsto nas normas contábeis, o ágio não é amortizado e deve ser testado anualmente para verificar prováveis perdas (impairment) e é contabilizado pelo seu valor de custo menos estas perdas (se existirem). O ágio é alocado à Unidades Geradoras de Caixa para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que se beneficiam da combinação de negócios da data do ágio se originou.



# Você, sem fronteiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

montantes julgados como suficientes para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações onde as perdas são consideradas possíveis são objeto de divulgação e aquelas em que as perdas foram consideradas remotas não são divulgadas.

### s. Patrimônio líquido

Os principais itens que movimentam o patrimônio líquido da Companhia seguem as seguintes práticas contábeis:

#### Capital social

Registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

Quando uma empresa do Grupo compra ações da companhia da Companhia, com intuito de mantê-las em tesouraria, o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando estas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido dos custos adicionais diretamente atribuíveis à transação, é incluído no patrimônio líquido.

**Reservas** Constituídas e utilizadas com base nos preceitos da Lei das Sociedades e do estatuto social da Companhia.

#### Distribuição de dividendos

A distribuição dos dividendos é realizada obrigatoriamente, calculada com base no estatuto social, é reconhecida como um passivo ao final de cada exercício. Qualquer outro valor a ser distribuído como dividendos intermediários, pagamento de dividendos acima do mínimo obrigatório, entre outros, somente é provisionado na data em que a distribuição adicional é aprovada pelos acionistas, em Assembleia Geral.

#### t. Reconhecimento de receitas

Em linhas gerais, as receitas somente são reconhecidas na medida em que seja provável que os benefícios econômicos das transações fluirão para a Companhia e que seus valores possam ser mensurados de forma confiável.

#### Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMS, dados, etc., pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de roaming e receitas de interconexão. Os saldos são reconhecidos conforme sua utilização, líquidos de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável. Os saldos são reconhecidos mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Os cálculos de saldos não faturados do mês anterior são estornados e um novo cálculo de *unbilled* é feito a cada mês corrente. As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações.

Os minutos não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao cliente quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

#### Receitas de vendas de produtos

As receitas com vendas de produtos (telefones, mini-modems e outros equipamentos) são reconhecidas quando os riscos significativos e os benefícios da propriedade destes produtos são transferidos para o comprador.

#### u. Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendado) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método de linha, durante o período do arrendamento.

#### v. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2011. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- IAS 19 - "Benefícios a Empregados" alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de correção, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorreram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A administração está avaliando o impacto total dessas alterações no Grupo. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descaimento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- O IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" aplica-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 10. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitido em maio de 2011. A norma prevê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- O IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 12. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 13 - "Mensuração do Valor Justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. O Grupo ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

#### 5. Estimativas contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo:

#### (a) Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para um período equivalente à vida útil do ativo em análise e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tentou se comprometer ou investimentos futuros significativos que melhorariam a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os principais ativos não financeiros para os quais foi feita esta avaliação são os ativos imobilizados e os ativos intangíveis, incluindo ações.

#### (b) Provisão para futura desmobilização de ativos

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e amortizados pela vida útil desses bens. A Companhia reconhece, através de estimativa, o valor presente destes custos e seu prazo de amortização. Estas estimativas envolvem tanto a avaliação sobre quais seriam os custos de desmobilização quanto a utilização de taxa de desconto para determinar o valor presente de tais custos. Tal estimativa é sensível a diversas condições econômicas que podem não ser confirmadas quando da efetiva desmobilização dos ativos.

#### (c) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações prudentes da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável futuro e é baseada em premissas fiscais conservadoras.

#### (d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada das contas a receber e é constituída com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica e riscos envolvidos em cada caso, em montante considerado suficiente para fazer a face eventual perda na realização de tais créditos.

#### (e) Provisão para contingências

As contingências são analisadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Essas avaliações envolvem julgamentos da Administração.

#### (f) Valor justo de instrumentos financeiros

A Companhia aplica a alteração do CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do mesmo pelo nível seguindo a seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotados pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2); e
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis) (nível 3).

#### (g) Combinação de negócios

A Companhia utiliza o método de contabilização de compra (purchase accounting) para registrar a aquisição de controladas pela Companhia. O custo de aquisição é mensurado com o valor justo dos ativos e passivos patrimoniais (ex. ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Por outro lado, os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos são também mensurados pelo seu valor justo. Desta forma, a determinação do valor justo destes componentes de uma combinação de negócios envolve julgamentos da Administração. Especificamente no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia efetuou a aquisição das empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. e AES Communications Rio de Janeiro S.A. e procedeu a um exercício de identificação e valorização preliminar dos ativos identificáveis adquiridos, das contingências e passivos assumidos e, portanto, estão sujeitas a revisão futura dentro das regras existentes para este tipo de transação.

#### 6. Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010
Caixa e bancos	81.168	87.664
Aplicações financeiras:		
CDB	3.116.233	2.266.432
	3.197.401	2.354.096

Os Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") são títulos nominativos emitidos pelos bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos e podem ser negociados a qualquer momento dentro do prazo contratado.

#### 7. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	2011	2010
CDB	25.786	31.407
	25.786	31.407

Parcela circulante (644) (18.169)

Parcela não circulante 25.142 13.238

A remuneração média das aplicações da Companhia é de 101,21% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

As aplicações podem ser resgatadas a qualquer tempo, sem prejuízo significativo da rentabilidade reconhecida, exceto as aplicações classificadas como não circulante que se encontram restritas para utilização em virtude de processos judiciais.

#### 8. Contas a receber

	2011	2010
Serviços faturados	846.106	744.297
Serviços a faturar	579.049	542.185
Uso de rede	720.140	532.728
Venda de mercadorias	1.221.680	971.916
Outras contas a receber	3.518	3.026
	3.370.493	2.794.152
	(279.203)	(293.954)
	3.091.290	2.500.198
	(3.031.578)	(2.463.386)
	59.712	36.812

O valor justo do contas a receber é igual ao valor contábil registrado em 31 de dezembro de 2011 e 2010. Parte das contas a receber foram apresentadas como garantia para financiamentos (vide nota explicativa 20).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi como segue:

	2011	2010
Saldo inicial	293.954	302.233
Constituição de provisão	194.557	792.177
Baixas da provisão	(209.308)	(302.586)
Saldo final	279.203	293.954

A idade do contas a receber apresenta-se como segue:

	2011	2010
A vencer	2.577.816	2.130.662
Vencidos até 30 dias	137.586	142.073
Vencidos até 60 dias	57.500	54.200
Vencidos até 90 dias	248.328	175.307
Vencidos a mais de 90 dias	349.163	291.310
	3.370.493	2.794.152

#### 9. Estoques

	2011	2010
Aparelhos celulares	239.220	205.381
Accessórios e cartões pré-pagos	10.967	12.887
TIM "chips"	38.875	21.516
	289.062	239.784
Provisão para ajuste ao valor de realização	(15.891)	(11.130)
	273.171	228.654

#### 10. Impostos e contribuições indiretos a recuperar

	2011	2010
ICMS	924.000	652.659
Outros	5.676	2.795
	929.676	655.454
	(973.708)	(480.393)
	355.970	175.071

#### Parcela circulante

#### Parcela não circulante

A parcela registrada no longo prazo refere-se basicamente ao ICMS sobre aquisições de ativo imobilizado.

#### 11. Impostos e contribuições diretos a recuperar

	2011	2010
Imposto de renda e contribuição social	325.109	250.289
PIS / COFINS	260.106	210.815
Outros	12.506	26.991
	597.721	488.095
	(577.819)	(357.101)
	19.902	130.994

#### Parcela circulante

#### Parcela não circulante

Créditos fiscais contingentes

A TIM Celular possui ação contra a Lei nº 9.718/98, declarando a inconstitucionalidade do artigo 3º dessa Lei, no que tange, especificamente, ao alargamento da base de cálculo dos tributos ali tratados. Em síntese, a tese impede a cobrança de PIS e Cofins sobre receitas que não sejam decorrentes do faturamento da Companhia.

É importante ressaltar que a discussão sobre o tema já está definida e pacificada nos Tribunais Superiores de forma favorável aos contribuintes. Os processos, mesmo aqueles que já possuem decisão intermediária favorável, visto não haver sido erguidas embargos ou mesmo impetritoção geral neste tema, pendem do trâmite processual final para registro contábil e utilização financeira do ativo correspondente. A Administração, portanto, entende como provável a chance de desfecho favorável dessas causas à Companhia, porém nenhum registro desses ativos foi reconhecido nas demonstrações financeiras. O montante envolvido é de R\$46.535, atualizado monetariamente.

#### 12. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O cálculo do imposto de renda e a contribuição social diferidos é feito utilizando-se as alíquotas vigentes de cada imposto que, atualmente, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Considera também os incentivos fiscais apresentados na Nota 37.

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

	2011	2010
Prejuízo fiscal	853.179	1.031.512
Base negativa de contribuição social	370.708	371.140

#### Diferenças temporárias

Provisão para créditos de liquidação duvidosa 95.768 100.473

Operações com derivativos 15.276 48.853

Provisão para contingências 36.163 42.009

Depreciação acelerada de equipamentos TDMA 170 11.419

Ajuste a valor presente - licença 3G 22.718 24.660

Imposto de renda diferido e/ajustes CPC's 47.809 68.689

Provisão FISTEL Lei 11.652 42.680 19.069

Provisão para participação dos empregados 12.607 12.791

Tributos com exigibilidade suspensa 12.872 -

Outros 24.800 2.107

Parcela imposto ativo diferido 1.484.750 1.732.732

A Companhia, fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Com base nestas projeções, a controlada possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

	2011	2010
2012	378.827	
2013	310.598	
2014	388.975	
2015	286.051	
2016 em diante	120.259	
	1.464.710	

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis no encerramento do exercício de 2011. Conforme citado na nota explicativa 5, tendo em vista as incertezas inerentes ao processo de estimativa, essas previsões podem não se confirmar no futuro.

#### 13. Despesas antecipadas

	2011	2010
Aluguéis e seguros	44.094	26.736
Propagandas não veiculadas	86.886	80.293
Outros	3.292	1.043
	134.072	108.072
	(105.049)	(93.452)
	29.023	14.620

#### 14. Depósitos judiciais

	2011	2010
Cível	145.326	100.066
Trabalhista	127.038	86.633
Tributária (*)	274.311	151.229
	546.675	337.927

(\*) Foi publicada, em abril de 2008, a Lei Federal nº 11.652, que visa a cobrança da contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública à EBC - Empresa Brasileira de Comunicação. O entendimento da Companhia é de que a Lei é inconstitucional in via prece, que a contribuição instituída não se reveste das características necessárias à instituição válida de qualquer tributo previsto na Constituição Federal. Foi impetrado mandado de segurança para resguardar os interesses da Companhia. Em março de 2010 e março de 2011 foram realizados depósitos judiciais referentes à contribuição de 2010 e 2011, nos montantes, respectivamente, de R\$56.086 e R\$ 89.445, que totalizam R\$ 125.531. Para estes depósitos judiciais há provisão constituída de mesmo valor registrada no grupo de "impostos indiretos e contribuições a pagar", no passivo não circulante, por tratar-se de obrigação legal existente. O mandado de segurança está pendente de julgamento em primeira instância judicial, tendo sido avaliado pelos advogados internos e externos como risco de perda possível.

#### 15. Partes relacionadas - mútuo

A Companhia (mutuante) possui operações de mútuo intercompany com a Intelig Telecomunicações Ltda. (mutuária), sendo que o saldo sacado em 31 de dezembro de 2011 correspondia à R\$ 496.143 (R\$278.051 em 2010).

Basicamente, os mútuos realizados visam a financiar a necessidade de caixa da Intelig na aquisição de itens dos ativos imobilizados e intangíveis. As operações não envolvem a cobrança de encargos financeiros.

O vencimento dos mútuos pode ser demonstrado conforme segue:

	2011	2010
2012	296.143	
2013	200.000	
Total	496.143	

#### 16. Outros ativos

	2011	2010
Adiantamentos a fornecedores	28.648	41.588
Adiantamentos a empregados	4.500	4.359
Incentivos fiscais	38.970	28.650
Outros direitos	78.672	88.110
	(70.646)	(80.086)
	8.026	8.024

#### 17. Investimentos

	2011
Investimentos	235.562
Participação societária em controladas	1.292.673





# Você, sem fronteiras.

# TIM Celular S.A.

CNPJ: 04.206.050/0001-80

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 05/08/2011, foram outorgadas opções correspondentes ao direito de compra de 2.833.596 ações. Conforme citado no parágrafo anterior, em 31 de dezembro de 2011, ainda não há opções passíveis de serem exercidas. Utilizando-se o princípio de competência contábil, as despesas atreladas ao plano de benefícios de longo prazo vem sendo apropriadas mensalmente e, ao final do exercício de 2011, totalizaram R\$3.571. Os dados significativos incluídos no modelo foram: preço médio ponderado da ação de R\$9,31 na data da concessão, preço de exercício de R\$8,84, volatilidade de 51,73%, a.a., uma vida esperada da opção correspondente a 6 anos e uma taxa de juros anual sem risco de 11,94% a.a. A volatilidade foi mensurada com base nas cotações de ações ordinárias da TIM em um período de 6 anos.

	2011	2010
<b>30. Receita operacional líquida</b>		
Receita de serviços de telecomunicações - Móvel		
Assinatura e utilização	10.264.753	8.911.976
Uso de rede	3.897.580	3.715.080
Longa distância	3.192.880	2.384.677
VAS - Serviços adicionais	3.166.437	2.241.530
Outros	230.071	273.446
20.751.721	17.526.709	
Receita de serviços de telecomunicações - Fixa	168.994	133.487
Receita de serviços de telecomunicações - Móvel e Fixa	20.920.715	17.660.196
Venda de mercadorias	2.540.149	1.557.914
Receita operacional bruta	23.461.232	19.218.106
Deduções da receita bruta		
Impostos incidentes	(5.138.632)	(4.271.125)
Descontos concedidos	(1.846.367)	(1.082.446)
Devoluções e outros	(193.845)	(121.926)
(7.178.844)	(5.475.497)	
Total da receita líquida	16.282.388	13.742.609

	2011	2010
<b>31. Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas</b>		
Pessoal	(33.160)	(46.479)
Serviços de terceiros	(276.321)	(313.071)
Intercâmbio / Interligação	(3.701.028)	(3.281.027)
Depreciação e amortização	(1.632.691)	(1.918.459)
Taxas ANATEL	(28.516)	(27.209)
Aluguéis e seguros	(208.524)	(184.801)
Outros	(16.434)	(16.927)
Custo dos serviços prestados	(5.896.674)	(5.788.023)
Custo das mercadorias vendidas	(2.062.552)	(1.026.911)
(7.959.226)	(6.814.114)	

	2011	2010
<b>32. Despesas de comercialização</b>		
Pessoal	(389.973)	(351.322)
Serviços de terceiros	(2.213.138)	(1.970.583)
Publicidade e propaganda	(520.390)	(527.943)
Perda e provisão para créditos de liquidação duvidosa	(194.557)	(294.217)
Fundo de fiscalização das telecomunicações (FISTEL)	(1.037.066)	(817.891)
Depreciação e amortização	(227.879)	(311.173)
Aluguéis e seguros	(38.381)	(37.274)
Outras	(40.366)	(41.801)
(4.661.750)	(4.352.204)	

	2011	2010
<b>33. Despesas gerais e administrativas</b>		
Pessoal	(137.042)	(124.703)
Serviços de terceiros	(370.148)	(373.558)
Depreciação e amortização	(296.499)	(379.558)
Aluguéis e seguros	(47.209)	(44.405)
Outras	(18.544)	(16.603)
(869.440)	(905.243)	

	2011	2010
<b>34. Outras receitas/despesas, líquidas</b>		
Receitas		
Receita de subvenção líquida	3.683	-
Multas sobre serviços de telecomunicações	33.326	31.137
Outras receitas operacionais	2.404	272
39.413	31.409	
Despesas		
FUST/FUNTEL	(218.131)	(109.297)
Impostos, taxas e contribuições	(1.567)	(8.537)
Provisão para contingências líquida de reversão	(151.889)	(47.839)
Outras despesas operacionais	(17.235)	(22.641)
(388.822)	(188.314)	
Amortização de concessão	(296.109)	(292.949)
(684.931)	(481.262)	

	2011	2010
<b>35. Receitas financeiras</b>		
Juros sobre aplicações financeiras	202.339	143.326
Juros de clientes	44.614	41.975
Atualização monetária	53.350	35.094
Outras receitas	3.087	21.711
303.390	242.712	

	2011	2010
<b>36. Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(248.106)	(294.549)
Juros sobre fornecedores	(11.603)	(12.297)
Juros sobre impostos e taxas	(51.877)	(13.993)
Atualização monetária	(80.887)	(5.053)
Descontos concedidos	(82.471)	(21.471)
Outras despesas	(25.712)	(21.207)
(430.412)	(368.580)	

	2011	2010
<b>37. Variações cambiais, líquidas</b>		
Receitas		
Empréstimos e financiamentos	116.258	155.018
Fornecedores	10.331	12.923
Swap	403.530	290.010
Outros	20.819	8.940
550.938	466.891	
Despesas		
Empréstimos e financiamentos	(232.601)	(145.376)
Fornecedores	(16.186)	(10.331)
Swap	(392.210)	(395.271)
Outros	(11.676)	(12.106)
(652.673)	(563.184)	
(97.735)	(96.293)	

	2011	2010
<b>38. Despesa com imposto de renda e contribuição social</b>		
Imposto de renda do exercício	(327.577)	(165.672)
Contribuição social do exercício	(119.432)	(61.643)
Incentivo Fiscal - ADENE	142.039	36.663
Outros	3.656	-
(301.314)	(190.652)	
Imposto de renda diferido	(192.721)	1.054.925
Contribuição social diferida	(55.263)	380.320
(247.984)	1.435.245	
(549.298)	1.244.583	

	2011	2010
<b>39. Lucro por ação</b>		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.913.773	999.034
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
(650.683)	(339.671)	
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada (Adições/exclusões):		
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	-	114.430
Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social	3.656	-
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias reconhecidas	(33.656)	1.435.245
Efeito IR e CSSL diferidos sobre PFIIS	(6.849)	(6.172)
(Adições/exclusões permanentes)	142.039	36.663
Incentivo Fiscal - ADENE	(3.805)	4.088
Outros valores	101.385	1.584.264
(549.298)	1.244.583	

A TIM Celular, através dos Laudos Constitutivos 144/2003 e 232/2003, emitidos em 31 de março de 2003 pela ADENE - Agência de Desenvolvimento do Nordeste, tomou-se beneficiária de incentivo fiscal que constitui-se em: (i) redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, pelo prazo de 10 anos a partir do ano fiscal de 2002 até 2011, calculados sobre o lucro da exploração decorrente da implantação de sua capacidade instalada para prestação de serviços de telefonia móvel celular digital; e (ii) redução de 37,5%, 25% e 12,5% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, para os anos fiscais de 2003, 2004 e 2008 e 2009 a 2013, respectivamente, calculados sobre o lucro da exploração decorrente da sua capacidade instalada para prestação de serviços de telefonia móvel celular analógica. A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	2011	2010
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.913.773	999.034
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
(650.683)	(339.671)	
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada (Adições/exclusões):		
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	-	114.430
Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social	3.656	-
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias reconhecidas	(33.656)	1.435.245
Efeito IR e CSSL diferidos sobre PFIIS	(6.849)	(6.172)
(Adições/exclusões permanentes)	142.039	36.663
Incentivo Fiscal - ADENE	(3.805)	4.088
Outros valores	101.385	1.584.264
(549.298)	1.244.583	

**39. Lucro por ação**  
(a) **Básico**  
O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício.

	2011	2010
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	1.364.475	2.243.627
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	32.631.667	31.506.834
Lucro básico por ação	0,0418	0,0712

(b) **Diluído**  
O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas.

	2011	2010
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	1.364.475	2.243.627
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	32.631.667	31.506.834
Lucro diluído por ação	0,0418	0,0712

	2011	2010
<b>40. Transações com Grupo Telecom Itália</b>		
Os saldos das transações com empresas do Grupo Telecom Itália são os seguintes:		
	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>
	2011	2010
Telecom Personal Argentina (1)	1.868	1.043
Telecom Italia Sparkle (1)	20.407	12.578
Telecom Italia S.p.A. (2)	10.315	3.251
TIM Participações	1.825	1.711
Intelig (4)	519.479	302.448
Outros	3.141	1.102
Total	557.035	322.133
	<b>Passivo</b>	<b>Ativo</b>
	2011	2010
Telecom Italia S.p.A. (2)	31.879	21.643
Telecom Personal Argentina (1)	2.676	1.849
Telecom Italia Sparkle (1)	6.085	4.225
Italtel (3)	22.257	15.361
TIM Participações	3.357	1.104
Intelig	14.639	24.252
Outros	7.467	1.470
Total	88.360	69.954
	<b>Receita</b>	<b>Passivo</b>
	2011	2010
Telecom Italia S.p.A. (2)	17.796	16.885
Telecom Italia Sparkle (1)	30.843	26.988
Telecom Personal Argentina (1)	3.840	5.135
Intelig	60.385	65.691
Outros	1.226	862
Total	114.090	115.561

	2011	2010
Telecom Italia S.p.A. (2)	15.629	12.045
Telecom Personal Argentina (1)	6.714	8.682
Telecom Italia Sparkle (1)	17.491	16.871
Italtel (3)	654	2.047
Intelig	99.929	74.148
Outras	14.861	7.177
Total	155.278	120.970

(1) Os valores referem-se a roaming, serviços de valor adicionado - VAS e cessão de meios.  
(2) Os valores referem-se a roaming internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado - VAS.  
(3) Os valores referem-se ao desenvolvimento e manutenção de softwares utilizados no faturamento de serviços de telecomunicações.  
(4) Os valores referem-se basicamente aos contratos de mútuo, conforme mencionado na nota 15.

**41. Transações com Grupo Telefônica**  
Em 28 de abril de 2007, Assicurazioni Generali SpA, Intesa San Paolo S.p.A., Mediobanca S.p.A., Sintonia S.p.A. e a Telefônica S.A. assinaram um acordo para adquirir o capital total da Olimpia S.p.A., empresa que, por sua vez, detinha é a poca aproximadamente 18% do capital votante da Telecom Italia S.p.A., controladora indireta da TIM Participações. Tal aquisição se deu através de uma Companhia chamada Telco S.p.A. ("Telco"). Com a implementação da operação em outubro de 2007, a Telco passou a deter 23,6% do capital votante da Telecom Italia S.p.A., controladora indireta da TIM Participações. A ANATEL, por meio do Ató nº 88.278/2007, publicado no Diário Oficial da União em 05 de novembro de 2007, aprovou a operação impondo determinadas restrições para garantir a segregação dos negócios e operações de ambos os grupos, Telefônica e TIM no Brasil. Para fins de implementação das determinações da ANATEL, a TIM Brasil e a TIM Celular apresentaram a ANATEL as medidas necessárias para assegurar tal segregação, de fato e de direito, no Brasil, de modo que a participação detida pela Telefônica na Telco S.p.A. não possa gerar ou ser considerada como influência sobre as decisões financeiras, operacionais e estratégicas das operadoras brasileiras do grupo TIM. A TIM, portanto, continua atuando no mercado brasileiro com a mesma independência e autonomia de antes da operação.

Em 31 de dezembro de 2011 entre as operadoras do grupo TIM, controladas pela TIM Participações, e as operadoras do grupo Telefônica no Brasil, estavam em vigor, exclusivamente, contratos relacionados à prestação de serviços de telecomunicações, abrangendo interconexão, roaming, compartilhamento de sites e acordos de cofaturamento, assim como contratos relacionados ao uso de CSP (código de seleção de prestadora), realizados a preços e condições normais, na forma da legislação em vigor. Os valores a receber e a pagar, decorrentes destes contratos, em 31 de dezembro de 2011, são de R\$163.913 e R\$132.863 (R\$129.249 e R\$92.649 em 31 de dezembro de 2010), respectivamente. Os valores registrados no resultado da Companhia após a aprovação da transação estão representados por receitas e despesas operacionais de R\$1.395.371 e R\$1.026.787 (R\$1.282.522 e R\$895.938 em 31 de dezembro de 2010), respectivamente.

**42. Instrumentos financeiros e gestão de riscos**  
A TIM Celular, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de eliminar integralmente os riscos relacionados à variação cambial e parcialmente a variação de taxas de juros representados em sua totalidade por contratos de swap, não possuindo, portanto, derivativos exóticos ou outras modalidades de derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados, em atendimento ao CPC 39.

Desta forma, os principais fatores de risco que a TIM Celular está exposta são os seguintes:  
(i) Riscos de variações cambiais  
Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade da TIM Celular computar prejuízos decorrentes de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de dívida com financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes. Para que esses tipos de riscos sejam extintos, a TIM Celular estabeleceu contratos de swap com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2011, os financiamentos da TIM Celular indexados à variação de moedas estrangeiras se encontram integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado da TIM Celular.

Além dos financiamentos obtidos pela TIM Celular, objeto dos contratos de swap, não existem outros ativos financeiros em montantes significativos que estejam indexados a moedas estrangeiras.  
(ii) Riscos de taxa de juros  
Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:  
A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela TIM Celular às taxas de juros pré-fixadas, quando tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Para que esse tipo de risco seja reduzido, a TIM Celular realiza contratos de swap com instituições financeiras, transformando para um percentual do CDI as taxas de juros pré-fixadas incidentes em parte dos financiamentos contraiados. Os ganhos ou perdas auferidos por esses contratos de swap são registrados no resultado da TIM Celular.

A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela TIM Celular indexados a TJLP, quando tais taxas não acompanharem proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). Para que esse tipo de risco seja reduzido, a TIM Celular realiza contratos de swap com instituições financeiras, transformando para um percentual do CDI a TJLP incidente em parte dos financiamentos contraiados. Os ganhos ou perdas auferidos com esses contratos de swap são registrados no resultado da TIM Celular.

A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros, o que causaria um aumento nas despesas financeiras da Companhia, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas em que a Companhia se encontra nos contratos de swap atreladas a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia em 31 de dezembro de 2011, a Companhia mantém seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços  
O risco está relacionado à possibilidade da Companhia computarem prejuízos decorrentes de dificuldades em cobrar os valores faturados aos assinantes. Para que esse tipo de risco seja reduzido, a Companhia realiza análises de crédito auxiliando a gestão de risco quanto a problemas de cobrança e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de serviços prestados em 31 de dezembro de 2011 e 2010 ou das receitas de serviços prestados durante os períodos findos naquelas datas.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos  
A política da Companhia para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a direcionamento da carteira de conta a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pela Companhia para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de vendas de mercadorias em 31 de dezembro de 2011 e 2010 ou das receitas de venda de mercadorias durante os períodos findos naquelas datas.

(v) Risco de crédito financeiro.  
O risco está relacionado à possibilidade da TIM Celular experimentar perdas decorrentes da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de swap, em razão de eventual insolvidade das contrapartes. A TIM Celular minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos  
Os instrumentos financeiros derivativos estão apresentados a seguir:

	31.12.11		31.12.10	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operações com derivativos	121.204	(166.133)	144.329	(22.868)
Parcela circulante	55.885	(77.055)	6.122	(2.071)
Parcela não circulante	65.315	(89.078)	(23.763)	16.746
Os instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2011 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:				
		<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	
2013		38.754	(26.201)	
2014		-	(11.871)	
2015		-	(4.770)	
2016		20.676	(41.118)	
2017 em diante		5.885	(5.118)	
Total		<b>65.315</b>	<b>(89.078)</b>	

	31 de dezembro de 2011		
	Nível 1	Nível 2	Saldo total
<b>At</b>			



# Você, sem fronteiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

**b) Movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido**

	Planos			
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos PAMA
Passivo (ativo) atuarial em 31/12/10	(10.529)	(3.852)	(169)	318
Despesa (receita) reconhecida no resultado do ano anterior	(1.376)	(489)	(21)	33
Contribuições da patrocinadora (Ganhos) ou perdas atuariais reconhecidos	1.332	293	37	(18)
Extinção planos PAMA e TRCA	-	-	-	(3.591)
Passivo (ativo) atuarial líquido em 31/12/11	(10.573)	(4.048)	(153)	318

**c) Demonstrativo de cálculo das perdas (ganhos)**

	Planos			
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos PAMA
(Ganho) Perda nas obrigações atuariais	1.111	471	27	(18)
(Ganho) Perda nos ativos do plano	221	(178)	10	-
Extinção planos PAMA e TRCA	-	-	-	(795)
(Ganho) Perda em 31/12/11	1.332	293	37	(18)

**d) Reconciliação do valor presente das obrigações**

	Planos			
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos PAMA
Valor das obrigações em 31/12/10	15.468	5.749	124	318
Custo do serviço corrente	12	-	-	-
Juros sobre obrigação atuarial	1.614	589	13	33
Benefícios pagos no ano	(1.055)	(529)	(9)	(15)
(Ganhos)/perdas nas obrigações	1.111	471	27	(18)
Extinção planos PAMA e TRCA	-	-	-	(5.267)
Valor das obrigações em 31/12/11	17.150	6.280	155	318

**e) Reconciliação do valor justo dos ativos**

	Planos			
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos PAMA
Valor justo dos ativos em 31/12/10	25.997	9.602	292	-
Benefícios pagos no ano	(1.055)	(529)	(9)	(15)
Rendimento efetivo dos ativos no ano	2.781	1.255	25	15
Extinção planos PAMA e TRCA	-	-	-	(1.676)
Valor justo dos ativos em 31/12/11	27.723	10.328	308	-

**f) Despesas previstas para 2012**

	Planos			
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos
Custo do serviço corrente (com juros)	13	-	-	-
Juros sobre as obrigações atuariais	1.725	632	16	33
Rendimento esperado dos ativos	(3.089)	(1.305)	(35)	-
Total da despesa (receita) líquida a ser reconhecida	(1.351)	(673)	(19)	33

**Premissas atuariais adotadas nos cálculos**

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos foram as seguintes:

Taxa de desconto nominal da obrigação atuarial: 10,66% a 9,98% (10,66% em 2010)

Taxa de rendimento nominal esperada s/ ativos do plano: PBS-A: 11,50% a.a. (11,50% em 2010)

Convênio de Administração: 11,69% a a [11,69% em 2010]

PAMEC: N/A

PBS: 11,69% a.a. (9,88% em 2010)

6,69% a.a. (6,28% em 2010)

4,40% a.a. (4,20% em 2010)

Índice estimado de aumento nominal salarial: 10,66% a 9,98% (10,66% em 2010)

Índice estimado de aumento nominal dos benefícios: PBS: 11,69% a.a. (9,88% em 2010)

6,69% a.a. (6,28% em 2010)

4,40% a.a. (4,20% em 2010)

Tábua biométrica de mortalidade geral: AT&S segregada por sexo

Tábua biométrica de entrada em invalidez: Tábua Mercer Disability

Tábua de rotatividade esperada: Nula

Probabilidade de ingresso em aposentadoria: 100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano

Taxa estimada de inflação no longo prazo: 4,40% (4,20% em 2010)

Método de apuração: Método do Crédito Unitário Projetado

**44. Honorários da Administração**

O pessoal-chave da administração inclui diretores estatutários e o Conselho de Administração. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	2011	2010
Salários e outros benefícios de curto prazo	8.825	3.649
Pagamentos com base em ações	1.420	-
	10.245	3.649

**45. Seguros**

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde, entre outros. A administração da Companhia entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidades	Importâncias Seguradas
Riscos Operacionais	R\$ 19.601.034
Responsabilidade Civil Geral - RCG	R\$53.000
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	100% Tabela Fipe. R\$1.000 para Responsabilidade Civil (Danos Materiais e Danos Corporais) e R\$100 para Danos Morais

**46. Compromissos**
**Aluguéis**

A Companhia aluga equipamentos e imóveis por meio de diversos contratos de aluguel com vencimento em diferentes datas. Segue abaixo os pagamentos mínimos futuros relacionados a esses contratos de aluguel:

2012	291.553
2013	306.422
2014	321.131
2015	336.224
2016	352.026
	1.607.356

**47. Despesas por natureza**

	2011	2010
<b>Despesas por natureza</b>		
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	(7.959.226)	(6.814.114)
Comercialização	(4.661.750)	(4.352.204)
Gerais e administrativas	(869.440)	(905.243)
Outras despesas operacionais	(645.518)	(449.853)
	(14.135.934)	(12.521.414)

**Classificados como:**

Passivo	(560.175)	(522.504)
Publicidade e propaganda	(520.390)	(527.943)
Serviços de terceiros	(2.859.605)	(2.623.628)
Intercâmbio	(3.701.028)	(3.281.027)
Custo das mercadorias vendidas	(2.062.552)	(1.026.091)
Depreciação e amortização	(2.453.178)	(2.902.138)
Provisão para devedores duvidosos	(194.557)	(294.217)
Impostos, taxas e contribuições	(1.285.280)	(962.934)
Outros	(499.169)	(380.932)
	(14.135.934)	(12.521.414)

**48. Divulgações suplementares sobre informações dos fluxos de caixa**

	2011	2010
Juros pagos	225.180	296.533
Imposto de renda e contribuição social pagos	264.440	110.419

**49. Eventos subsequentes**

Encerrou no dia 27 de fevereiro de 2012, o prazo para os acionistas minoritários da TIM Fiber RJ S.A. aderirem à Oferta realizada para cumprir a obrigação da TIM Celular, após o fechamento do Contrato de Compra e Venda da totalidade das quotas da TIM Fiber SP Ltda. e de 98,26% das ações de emissão da TIM Fiber RJ S.A., celebrado em 8 de julho de 2011 entre a TIM Celular e a Companhia Brasileira de Energia, tendo como interveniente a AES Elpa S.A., conforme mencionado na nota 1. Através do referido Contrato, a Companhia se comprometeu a lançar a Oferta para a aquisição de 1,74% das ações da TIM Fiber RJ, detidas pelos seus acionistas minoritários, representando um total de 1.656.940 ações, ao preço de R\$ 4,79 por ação. Ao final da Oferta, a Companhia adquiriu o total de 1.349.867 ações dos acionistas minoritários, representando 81,4% do total da Oferta, pelo montante de R\$6.610.

DIRETORIA					CONTADOR RESPONSÁVEL		
<b>Luca Luciani</b> Diretor Presidente e Corporate Support Officer Interino	<b>Claudio Zezza</b> Chief Financial Officer	<b>Daniel Junqueira Pinto Hermeto</b> Purchasing & Supply Chain Officer	<b>Lorenzo Federico Zanotti Lindner</b> Chief Commercial Officer	<b>Mario Girasole</b> Regulatory Affairs Officer	<b>Antonino Ruggiero</b> Wholesale Officer	<b>Roger Sole Rafols</b> Chief Marketing Officer	<b>Flavio Cortez Gori</b> CPF: 174.284.418-97 - CRC: RJ-099222/0-4 "S" SP

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas

**TIM Celular S.A.**

Examinamos as demonstrações financeiras da TIM Celular S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria,

conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TIM Celular S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 3 de abril de 2012



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/0-5 "F" RJ

**Sérgio Eduardo Zamora**  
Contador CRC 1SP168728/0-4 "S" RJ